| | |
|---|---|
| **De:** | Luís Sottomaior Braga |
| **Para:** | GABPAR Correio |
| **Cc:** | Comissão 8ª - CEC XV; Bloco de Esquerda; Grupo Parlamentar do PSD; Grupo Parlamentar PS; Grupo Parlamentar do PCP; PAN - Assembleia da República; pev.correio@pev.parlamento.pt |
| **Assunto:** | Submissão Petição (8348 assinaturas) para que haja medidas contra a violência na Escola e reforço da Paz e Segurança |
| **Data:** | 25 de setembro de 2023 11:01:02 |
| **Anexos:** | Captura Web 22-9-2023 172311 peticaopublica.com.jpeg<br>Captura Web 22-9-2023 172358 peticaopublica.com.jpeg<br>Lista de subscritores Petição Medidas Violência.pdf<br>petition115866.xlsx |

---

***Petição consultável em Petição para que haja medidas contra a violência na Escola e reforço da Paz e Segurança : Petição Pública (peticaopublica.com)***

A Sua Excelência,

o Senhor Presidente da Assembleia da República,

Os cidadãos abaixo assinados (vide pdf anexo) apelam ao Parlamento para que promova o questionamento do Governo e debata o tema, para que se chegue à tomada de medidas executivas, regulamentares e legislativas, para abordar de forma mais eficaz o problema da violência e falta de segurança em meio escolar.

Na nossa opinião, a Assembleia da República deve promover um debate urgente, com uma perspetiva abrangente e suprapartidária, numa linha de entendimento entre os partidos e sem demagogias ou desvios politiqueiros, para abordar este assunto.

O debate deve ser sem preconceitos e sem dar espaço a tentativas de aproveitamento da situação por forças que queiram afastar o debate daquilo que ele é: criar condições adequadas e seguras de exercício, em cada uma das escolas portuguesas, do direito de aprender e ensinar.

Para isso, devem ser ouvidos os que trabalham nas escolas e ficar menos central a ideologia específica de cada um dos Senhores/as Deputados/as numa abordagem mais pragmática e realista face a tentativas anteriores de reagir ao problema.

Nos últimos tempos, tem havido uma profusão de notícias a narrar episódios de agressão e injúrias a professores/as e educadores/as por parte de alunos/as ou pais, mães e encarregados/as de educação.

É difícil saber se estas notícias correspondem a um efetivo agravar da situação ou a uma maior consciência social e comunicacional da sua gravidade.

Pode ficar a ideia de que a situação está generalizada em todas as escolas, mas, na nossa opinião, isso resulta também de tentativas de criar má imagem à escola pública, onde a verdade é que a maioria dos alunos e docentes têm uma vida pacífica e sem violência.

Mas tem de se reconhecer que existem muitos casos, que o número noticiado é crescente e que não queremos que se alarguem. Além disso os casos que existem criam alarme social e efeitos de contágio de certas práticas.

Verifica-se, em muitos estabelecimentos de ensino, a criação de ambientes de coação e agressividade, que incluem atos de violência, agressão, insultos e ofensas a docentes e trabalhadores não docentes das

escolas que são, assim, vítimas de crime, no seu local de trabalho.

O tema tem um forte enquadramento social e deve incluir, nos caminhos de solução, essa abordagem social que integre, além do que propomos, medidas que combatam algumas causas externas à escola e que se situam no domínio da exclusão social e dos problemas de integração.

Mas, além da criação dessas medidas mais vastas e abrangentes, para soluções mais estruturais, cremos que há medidas mais imediatas que necessitam de atenção dos detentores do poder político.

Enumeramos 10:

1. Criação no Ministério da Educação (ME) e Municípios de estruturas de **apoio aos trabalhadores das escolas vítimas de agressão, ofensa ou outros crimes**, quer no âmbito do apoio judiciário, quer no âmbito do apoio psicológico.

2. **Criação de meios de estudar e compreender o problema**, restaurando estruturas como o Gabinete de Segurança Escolar do ME ou o Observatório da Violência Escolar, dotando-os de meios para analisarem a situação e proporem medidas de política pública eficazes.

3. **Criar e dotar de meios (docentes, psicólogos, assistentes sociais e outros técnicos) equipas multidisciplinares escolares de combate ao problema na sua origem**, que devem ser estruturas permanentes e não eventuais e precárias (criadas e extintas conforme a disponibilidade pontual de meios de fundos comunitários). Essas estruturas estão previstas no Estatuto do Aluno, mas só têm sido postas em prática em contexto limitado e com recursos insuficientes.

4. **Reforçar os meios do Programa Escola Segura**, com agentes, militares e recursos materiais, aumentando o número de horas de patrulha de proximidade. Esse deve ser um programa prioritário, no âmbito dos programas de policiamento de proximidade da PSP e GNR, e não se assistir à situação de os agentes dispersarem o seu tempo por outros programas de proximidade, em que acumulam funções em sobrecarga, desfocando da questão da violência escolar.

5. **Mudar as normas penais**, não para aumentar as penas que são adequadas (e têm agravações que reforçam este aspeto), mas para garantir que a agressão a professores, educadores e outros trabalhadores escolares, em exercício de funções (ou em razão das funções), **passe a ser crime, cujo processo seja acionado pelo Ministério Público, mesmo sem queixa do ofendido (crime público);**

6. **Mudar as normas do Estatuto do aluno, no que diz respeito a absentismo, agressões, ofensas e injúrias, tornando-as mais rigorosas na linguagem técnica e jurídica** e dando às escolas capacidade de agir mais depressa e com maior capacidade preventiva. O legislador deve dar atenção especial à densidade e qualidade das normas sobre uso de telemóveis e outros equipamentos tecnológicos, recolha de imagens e som e deveres dos pais (no sentido de reforçar os direitos de todos os elementos da comunidade escolar e punir os agentes de atos de violação de direitos, por exemplo, pondo em prática os processos contraordenacionais que já existem na lei);

7. **Reforçar a democracia escolar, para dar maior participação aos pais e alunos de forma regulada e impedindo a captura de representação nas Associações de Pais ou a falta de meios de contacto e representação da opinião dos alunos;**

8. **Criar estruturas de mediação sociocultural**, nas escolas em que elas sejam necessárias, com

recursos e sob gestão das estruturas da escola.

9. **Mudar a legislação das CPCJ, reforçando a capacidade atempada de intervenção**, **no sentido de dar mais peso às escolas nessas instituições**, impedindo a sensação generalizada de afastamento e impotência face às situações geridas por essas estruturas. Reforçar os poderes do Ministério Público nessas instituições e dar-lhes mais meios e diminuir a informalidade na constituição e funcionamento.

10. **Criar modelos curriculares de formação adequados, para os alunos com absentismo e desinteresse pela escola, que os integrem e impeçam a marcha de percursos de vida de exclusão** e adversidade face à escola, talvez recuperando e melhorando soluções, hoje abandonadas, como CEF ou outros modelos que, no passado, foram funcionando. Do mesmo modo, generalizar e melhorar programas curriculares de combate ao bullying e violência e de educação para os Direitos Humanos, Participação e Paz.

Quando, nos anos 90, se iniciou a reforma educativa que, na época, causou larga mudança nas escolas e no país, alguém escreveu que uma visão da política educativa para **o progresso do país tem de distinguir muito bem o que é mero Sucesso Escolar do que é real Sucesso Educativo.**

Podemos ter grandes números a falar de transições sem retenções e até lindos projetos curriculares e de avaliação, que aparentem Sucesso Escolar, mas **numa escola sem Paz e sem um clima de concórdia, não haverá Sucesso Educativo**.

E, para ele existir e se manter, algo tem de ser feito.

Pode ser o que propomos ou outras coisas, mas o problema visível não pode ser ignorado pelos políticos, sob pena de se agravar e, 50 anos depois do 25 de Abril, estarmos a construir uma derrota futura para a escola pública.

**É isso que pedimos: medidas focadas para a Segurança e Paz nas escolas em nome do Sucesso Educativo dos alunos deste país.**

.....

**Em anexo (e acima) remete-se o texto da petição em epígrafe, cuja recolha de assinaturas decorreu nos últimos meses na plataforma Petição Pública, reunindo a concordância de 8348 assinaturas.**

**Como primeiro subscritor e proponente inicial do texto, subscrito pelos milhares de pessoas referidos, não duvido que merecerá a melhor atenção de Vossa Excelência, não só pelas elevadas funções políticas que exerce, mas também pelo relevante currículo pessoal como cientista social e antigo Ministro da Educação.**

**Os signatários são plenamente identificáveis nos termos de funcionamento da plataforma utilizada (que implica a validação por correio eletrónico).**

**O mesmo texto esteve patente na Plataforma, gerida pelos serviços do Parlamento, há alguns meses e durante alguns meses, onde reuniu milhares de assinaturas (eventualmente com repetição das presentes), mas o ritmo de assinaturas e as queixas recorrentes de dificuldades com a plataforma levaram a optar pela via alternativa da plataforma em causa.**

**Creio que não se colocará em dúvida, apenas por razões de base formalista (que tem a ver com as dificuldades de alguns cidadãos em lidar com a plataforma da AR) que a petição teve um número elevado de assinaturas (subscrições) válidas e que justificam a sua remissão à Comissão respetiva e, eventualmente o debate em plenário (face ao número total).**

**Mesmo sem entrar na discussão do número formalista de assinaturas, a dignidade do tema e a forma objetiva, e elevada nos argumentos, como este é colocado, justifica que seja debatida e tratada com a atenção e dignidade política que julgamos que o tema justifica.**

**Disponível para os esclarecimentos que Vossa Excelência julgue adequados,**

**Com os melhores cumprimentos,**

**Luís Sottomaior Braga (cidadão com o CC )**

**<u>Informação de identificação</u>**
**Residente em**
**contactável pelo tlm**

**<u>Anexos</u>**
**PDF com texto divulgado aos subscritores tal como constou da plataforma de recolha de subscrições**

**Em anexo impressões jpg do aspeto da petição onde foram recolhidas as assinaturas**

**Ficheiro Excel com dados fornecidos pelos subscritores na plataforma**

**Ficheiro PDF com listagem de assinaturas (confirmadas em endereços eletrónicos)**